

A CONSTRUÇÕES DO GÊNERO NO ESPAÇO ESCOLAR: UM OLHAR SOBRE AS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS EM UMA ESCOLA DA REDE MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE (PB)

Marcia Batista de Almeida¹

UVA/UNAVIDA

marcinha.btista@hotmail.com

Lusia Lameira²

UVA/UNAVIDA

Lameira.lus@gmail.com

Maria Aparecida Fernandes Medeiros³

UVA/UNAVIDA

Professora_aparecida@yahoo.com.br

Silvana Neves do Nascimento⁴

UNINASSAU

Sil.lena@hotmail.com

RESUMO

A construção de e manutenção das normas heteronormativas são influenciadas cotidianamente pela família, a escola e a igreja. Todas essas instituições possuem uma parcela de responsabilidade, seja pelas práticas e ações que legitimam as diferenças, seja por meio da linguagem, dos gestos ou, até mesmo, das brincadeiras, reforçando as diferenças. O sexismo ocorre por falta de informação e pelo reforço de uma cultura heteronormativa, que considera como única forma de relacionamento a relação existente entre um homem e uma mulher. Nesse contexto, o presente artigo tem por objetivo refletir, observar e investigar as relações de gênero, bem como os padrões de comportamento dos/as alunos/as de uma escola da Rede Municipal de Campina Grande/PB, que são construídos no ambiente escolar por intermédio das brincadeiras, das falas e dos conteúdos sexistas e discriminatórios na prática pedagógica. Nesse sentido, foi realizada uma pesquisa de cunho qualitativo. As análises tiveram como palco de observação tanto a sala de aula como as demais dependências da escola. Utilizou-se de entrevistas

¹Mestre em Ciências da Educação (Universidade Lusófona); Licenciada e graduada em Psicologia Educacional e Organizacional (UEPB); Especialista em Psicopedagogia (UEPB); Educação, Desenvolvimento e Políticas Educativas (Faculdade Nossa senhora de Lourdes) e Gestão Escolar. Professora do Curso de Pedagogia da UVA/UNAVIDA Psicóloga da PMCG/PB.

² Aluna do curso de Pedagogia UVA/UNAVIDA.

³ Mestre no PPGFP - Programa de Pós-Graduação em Formação de Professores da Universidade Estadual da Paraíba - UEPB. Especialista em Formação do Educador pela UEPB. Professora do curso de Pedagogia da UVA/UNAVIDA. Orientadora Educacional do Município de Esperança-PB. Professora da Educação Básica (Educação de Jovens e Adultos) do Município de Lagoa Seca-PB.

⁴Mestre em Formação de Professores, especialista em psicopedagogia (UEPB), professora em Educação Básica na Rede Municipal de Campina grande PB e Coordenadora do curso de Pedagogia na UNINASSAU.

semiestruturadas que trataram das temáticas em discussão (sexismo, discriminação, preconceito). Foram feitas análises dos dados qualitativos, apoiados nas teorias de Antoni Zabala (1998), Guacira Louro (1997), entre outros autores. A pesquisa mostrou que as práticas pedagógicas em sala de aula e no próprio ambiente escolar, reproduzem as normas hetero normativas conduzindo e construindo os modelos padronizados de comportamento.

Palavras-chave: Heteronormatividade. Gênero. Sexismo. Escola.

1. INTRODUÇÃO

Vivemos em um momento no qual temos visto muitas discussões referentes aos direitos à igualdade e ao respeito a todas as pessoas, independentemente de condição física, social, étnica, credo e orientação sexual, dentre outros aspectos componentes da vida. Para contribuirmos com essas discussões, pretendemos, com este estudo, analisar as questões de sexualidade e, em especial, o sexismo em uma Escola da rede municipal de Campina Grande/PB.

Sexualidade, identidades de gênero e as identidades sexuais são questões que precisam ser problematizadas nas escolas, uma vez que o silenciamento dessas situações envolvendo a diversidade sexual é uma forma de contribuir para o aumento do sexismo e da homofobia. Construção de gênero também se percebe através das falas, das ideias, das discussões, das brincadeiras. Criando um mundo onde as crianças são separadas para fazer parte de um lugar seu de pertencimento. Importante lembrar que ninguém nasce preconceituoso. Na verdade, torna-se, aprende-se a ser excludente a partir do meio social em que se está inserido.

Nesse raciocínio, portanto, é papel da escola assegurar a igualdade de condições para o acesso e permanência no espaço escolar, sem que haja qualquer tipo de discriminação, tal como preconiza a Constituição Federal em seu artigo 3º, inciso IV. Conviver com o diferente traz benefícios e permite o crescimento de uma sociedade igualitária e consciente de sua diversidade.

O conceito de gênero diz respeito ao conjunto das representações sociais e culturais construídas a partir da diferença biológica dos sexos. Nessa perspectiva, enquanto o sexo diz respeito ao atributo anatômico, no conceito de gênero toma-se o desenvolvimento das noções de “masculino” e “feminino” como construção social.

De acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais (1997), para o ambiente escolar, as discussões sobre as relações de gênero, possibilitam combater as relações das assimetrias entre meninos e meninas, combater relações autoritárias, questionar a rigidez dos padrões de conduta estabelecidos para homens e mulheres e apontar para sua transformação.

A aproximação com a temática surgiu com as enquanto técnica da Rede municipal de ensino de Campina Grande, atuando como psicóloga no ambiente escolar. As reflexões partem do pressuposto de que o ambiente escolar é o local onde se estabelecem normas e regras sociais, que são idealizadas como formas corretas e muitas vezes rígidas a serem seguidas e mantidas por todos, assim como as demais instituições sociais que legitimam e mantêm papéis sociais nesse processo de naturalização/normatização das diferenças do masculino e do feminino, estabelecendo, dessa forma, um aprendizado/imposição comportamental sexista.

Diante disso, fica clara a relevância social desta pesquisa, já que discutir acerca dessa temática pode ser considerado um passo importante na desconstrução de comportamentos preconceituosos e de práticas de desrespeito aos direitos humanos.

Para o desenvolvimento desta pesquisa, elegemos como objetivo geral investigar as relações de gênero no ambiente de uma Escola da Rede Municipal de Ensino de Campina Grande/PB, tendo como foco o sexismo e os correspondentes padrões comportamentais envolvendo alunos/as e professores/as. Em relação aos objetivos específicos, pretendeu-se: a) identificar os aspectos geradores do preconceito no ambiente escolar; b) identificar a relação existente entre os espaços destinados aos meninos e às meninas e os padrões de comportamento que são construídos na escola por meio das brincadeiras por eles e elas executadas; c) observar a postura do/a professor/a em relação às questões relacionadas ao gênero.

A escola, ainda hoje, continua reproduzindo o sistema de exclusão e discriminação, valorizando ou desenvolvendo os alunos e as alunas de uma forma incompleta. Nesse sentido Zabala (1998, p. 28) afirma que “O papel atribuído ao ensino tem priorizado as capacidades cognitivas, mas nem todas, e sim aquelas que se tem considerado mais relevantes e que, como sabemos, correspondem a aprendizagem das disciplinas ou matérias tradicionais”.

Assim, é necessário despertar nos alunos e nas alunas outras habilidades. Sendo assim, o/a professor/a não pode se ater ou se preocupar em passar só os “conteúdos”. É imprescindível e inadiável valorizar outras capacidades e habilidades que contribuirão para a formação do cidadão pleno, que reconhece seus direitos e possui ferramentas de conquista do seu lugar na sociedade.

Ao entendermos a instituição escolar como uma instância envolvida na produção de identidades sexuais e de gênero, bem como com a validação de determinados modos de viver as masculinidades, as feminilidades e a sexualidade, criando estereótipos sexuais considerados como próprios para meninos e meninas, a escola, realmente, influencia no processo de construção de uma identidade de gênero. Nesse caso, a escola continua determinando, socialmente, o padrão de normalidade, impondo aos/às alunos/as comportarem-se de acordo com a anatomia de seus corpos.

A noção de gênero está relacionada ao processo de desconstrução da oposição binária entre os sexos; é entendida, nesse contexto, como uma relação construída socialmente e culturalmente, envolvendo atitudes, comportamentos e interesses atribuídos a cada gênero. Como aponta Guacira Lopes Louro (1992, p. 57), “O masculino e o feminino são construídos através de práticas sociais masculinizantes ou feminizantes, [sic.] em consonância com as concepções de cada sociedade”.

A identidade de gênero está relacionada à maneira como uma pessoa se identifica, se apresenta ou se auto determina socialmente, ou seja, independente do sexo biológico, ou ainda pode ser uma mescla, uma mistura de ambos. Sendo assim, a identidade de gênero é um fenômeno social, e não biológico: “O conceito de gênero diz respeito ao conjunto das representações sociais e culturais construídas a partir da diferença biológica dos sexos” (PCNs, p. 98). “Por outro lado, os sujeitos também se identificam, social e historicamente, como masculino ou feminino e assim constroem suas identidades de gênero”. (LOURO, 2003, p. 26).

Nesse viés, a sexualidade se constitui num assunto amplo presente na sociedade em geral e no cotidiano escolar, está na escola porque ela faz parte dos sujeitos. Ela não é algo que possa ser desligado ou algo do qual alguém possa se “despir” (LOURO, 2003). Dessa maneira, entendemos que discutir a sexualidade na escola não é uma escolha neutra. É, sim, fundamentada numa postura pedagógica que compreende uma determinada visão de mundo, transmitindo padrões de sociabilidade, regras e valores morais e éticos. A escola que queremos precisa ser construída com novas formas de se pensar, com ideias renovadas. A construção de gênero se percebe por meio das falas, das ideias, das discussões, das brincadeiras, criando um mundo onde as crianças são separadas para fazer parte de um lugar seu de pertencimento.

A escola delimita espaços, servindo-se de símbolos e códigos, os quais afirmam o que cada um pode (ou não pode) fazer. Ela separa e institui, informa o “lugar” dos pequenos e dos grandes, dos meninos e das meninas (LOURO, 2003).

As discussões sobre as relações de gênero, no ambiente escolar, devem estar embasadas no objetivo de buscar combater as relações das assimetrias entre meninos e meninas. Nesse sentido, concordamos com os (PCNs, 1997, p. 99, vol. 10.2) no entendimento de que “A discussão sobre relações de gênero tem como objetivo combater relações autoritárias, questionar a rigidez dos padrões de conduta estabelecidos para homens e mulheres e apontar para sua transformação”

1.1. Considerações metodológicas

Para este trabalho, tomamos como abordagem metodológica de investigação, a pesquisa de campo do tipo descritiva e qualitativa. Para Minayo (1995, p.21-22), a pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado, ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes. Utilizamos como instrumentos de coleta de dados a observação não participante e a entrevista semiestruturada.

Para Gil (2006), na observação o pesquisador permanece alheio à comunidade ou processo ao qual está pesquisando, tendo um papel de espectador do objeto observado. Nessa direção, a observação foi feita com alunos dos 6º, 7º, 8º e 9º anos do ensino fundamental II, contabilizando uma amostra de 47 alunos e 37 alunas.

A entrevista semiestruturada foi realizada com cinco professores/as. Atento aos princípios éticos, não foram citados os nomes dos/as professores/as entrevistados/as, identificando-os/as apenas com letras maiúsculas do alfabeto: A, B, C, D, E.

2. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Com relação às identidades de gênero, no contexto pesquisado, o que se pode observar por parte dos/as professores/as é que existe uma naturalização dos papéis do homem e da mulher no chão da escola. O que se percebeu nas falas dos/as professores/as foi uma assimetria nas quais se transmite valores e modelos, legitimados pelas instituições sociais, construindo e mantendo papéis sociais.

No ambiente escolar a visão sexista se materializa com as filas separando os meninos das meninas, numa tentativa para se manter e se preservar a ordem e a disciplina. Para Junqueira (2009, p. 14), [...] o campo da educação se constituiu historicamente como um espaço disciplinador e normalizador. É um passo decisivo para se caminhar rumo à desestabilização de suas lógicas e compromissos.

O que ficou claro nas nossas observações foi a constatação de que os/as professores/as tratam os alunos e as alunas de forma distinta, demonstrando mais preocupação e atenção com os alunos, reforçando as desigualdades de gênero. Percebeu-se, ainda, que o namoro não é permitido na escola; que as alunas são tidas como mais assanhadas, mais atiradas que os alunos.

As falas dos professores e das professoras apontam para as dificuldades que encontram para trabalhar o tema, tendo em vista os valores trazidos pelos/as alunos/as e por sua própria formação profissional, familiar e religiosa.

Quando se perguntou aos/às professores/as se eles se sentem preparados para trabalhar com temas transversais sobre sexualidade, obtivemos os seguintes resultados:

O professor “A” respondeu:

“[...] na verdade, eu teria de ler bem mais antes de me arvorar a trabalhar com essa temática. Respondendo objetivamente à indagação, eu, atualmente, não me encontro capacitado de trabalhar com o tema educação sexual.

O professor “B” respondeu:

“[...] não, dada a complexidade do tema e a falta de conhecimento científico sobre ele. Acredito que para que a escola passe a trabalhar o tema, os educadores devem ser capacitados para tal”.

O professor “C” respondeu:

Não. É uma área muito extensa e complexa, envolvendo conceitos/preconceitos com base religiosa, não me sentiria hoje capaz de trabalhar esse tema”.

O professor “D” respondeu:

“[...] não totalmente, mas com informações adquiridas através dos meios de comunicação e diálogos com a sociedade que me rodeia, dá sim para se trabalhar o tema de forma positiva”.

O professor “E” respondeu:

Não necessariamente. Embora muitos professores busquem alinhar seu comportamento em respeito à diversidade, existem situações com as quais eles podem não se sentir familiarizados, acabando por agir de forma inadequada.

O que ficou nitidamente exposto nas falas dos/as professores/as entrevistados/as foi que todos/as afirmaram não se sentirem preparados/as para lidar com a temática, mas que consideravam importante e relevante para os/as alunos/as o manuseio do tema no ambiente escolar. Evidenciou-se, nessa ocasião, um grande receio de se abordar assuntos referentes à sexualidade humana. Nesse sentido Avila (2010) tece o seguinte comentário:

Segundo diretrizes governamentais, a atuação educacional profissional na área da sexualidade pauta-se em conhecimentos científicos, em práticas didático-pedagógicas e, principalmente, na reflexão ética acerca da vivência da sexualidade, como plural e como parte dos Direitos de Humanos. Contudo, o sistema público e seus professores/as, a despeito dos esforços despendidos na capacitação docente, não se mostram preparados para tal.

O que não coincide com a realidade pesquisada, pois a maneira como os professores e as professoras lidam com as relações de gênero no ambiente escolar legitimam e normatizam os espaços binários, que, por fim, aprisionam as identidades de gênero. Portanto, dessa forma a sociedade recrimina tudo que não se encaixa dentro destes moldes.

Quando indagamos sobre as falas ou práticas sexistas disseminadas pelos agentes da educação no ambiente escolar, obtivemos as seguintes falas:

O professor “A” respondeu:

“[...] não! Procuo – isto sim! – Imprimir uma fala onde a igualdade em seus múltiplos aspectos e facetas generalize-se, inclusive com ênfase à igualdade de direitos diante do aspecto gênero”.

O professor “B” respondeu:

“[...] não acho que reproduzo conceitos ou falas sexistas. Entretanto, é possível sim por cultura, falta de conhecimento, ou até mesmo por opiniões preconceituosas que professores façam este tipo de comentário em sala de aula”.

O professor “C” respondeu:

“[...] Tento não reproduzir o tempo todo, mas sei que pela própria cultura acabamos não conseguindo deixar de reproduzir”.

O professor “D” respondeu:

“[...] não, acredito que todos somos seres humanos com direitos e deveres iguais, independente do gênero ou orientação sexual”.

O professor “E” respondeu:

“[...] não. A cultura de nossa sociedade ainda guarda traços de sexismo, que deve ser permanentemente combatido”.

O que se observou na reflexão das falas e discursos dos professores/as foi que a linguagem sexista é muito presente no cotidiano das escolas. Muito embora assim se apresente, ele – sexismo – não é notado por esses atores justamente por fazer parte desse dia a dia. Nessa prática, o gênero masculino é utilizado como fórmula única para se referir a meninos e a meninas de maneira genérica, contribuindo na reprodução do preconceito e na construção das hierarquias entre alunos e alunas, colaborando, de modo inconsciente, na construção das suas identidades e,

consequentemente, invisibilizando as mulheres. Sobre essa questão nos lembra Avila et.al (2011) que:

[...] os/as professores/as ainda não estão preparados/as para lidar com questões tão polêmicas e assumir em seu cotidiano profissional uma postura ética sem que antes tenham condições de equacionar as tensões entre seus jeitos próprios de lidar com a educação sexual e as diversas expectativas/avaliações que recaem sobre suas práticas docentes, em especial, as da própria pessoa que desempenha a profissão (AVILA; TONELI; ANDALÓ, 2011, p. 291).

Diante desse contexto, é sabido que o sexismo ocorre por falta de informação e pelo reforço de uma cultura heteronormativa, que considera como única forma de relacionamento a relação existente entre um homem e uma mulher. A importância de se tratar o assunto no âmbito da sala de aula requer uma proposta de mudança de postura, haja vista a relevância do tema, primeiro em âmbito de cidadania e depois relativo à sexualidade.

Quando às perguntas, o questionário intencionava saber acerca da identidade de gênero, alcançando-se as seguintes respostas:

O professor “A” respondeu:

[...] os temas homossexualidade e/ou sexismo são deveras difíceis de ser abordados/trabalhados em sala de aula exatamente porque o preconceito é uma mazela arraigada em cada um de nós. Esse atavismo faz com que os comportamentos reproduzam-se geração após geração de modo idêntico. Dessa feita, cabe a cada um, individualmente, perceber seu comportamento equivocado e reformar-se internamente, a fim de que essas – e outras – modalidades preconceituosas sejam banidas de vez da sociedade. E a escola tem um papel fundamental nesse processo!

O professor “B” responde:

[...] em primeiro lugar, trato os meus alunos de maneira igual. Em segundo, não sei a orientação sexual deles a não ser que revelem o que geralmente não é normal em uma aula. E quando revelam, não dou importância ao fato, pois não há interesse de minha parte sobre a intimidade dos meus alunos. Fico sim impressionada com a capacidade de assimilação dos assuntos, a inteligência, estes temas me interessam, como professora.

O professor “C” respondeu:

[...] Primeiro porque qualquer tipo de orientação sexual que se dê a um aluno, terá naturalmente uma resposta dos pais, em como está sendo feita essa orientação. Segundo porque teria que ser um profissional mais específico para tratar do tema.

O professor “D” respondeu:

[...] Meu comportamento com alunos homossexuais é o mais natural possível, não vejo absolutamente nada de errado perante Deus ou aos homens da terra o fato de alguém ser homossexual ou heterossexual.

E o professor “E” respondeu:

[...] procuro tratá-los com naturalidade. A sua expressão sexual não deve ser objeto de exaltação nem de repreensão. Deles se devem cobrar o mesmo limites que se cobram de qualquer outro aluno ou aluna, como comprometimento intelectual com a aula e bom convívio com os demais alunos.

No discurso, os/as educadores/as afirmaram não fazer distinção de tratamento pela orientação sexual dos/as alunos/as. Todavia, as próprias expressões por eles/as utilizadas já demonstram a diferenciação naturalizada e, daí “normalizada”, a exemplo dos seguintes excertos: “procuro tratar com naturalidade”; “é preciso profissionais competentes para orientá-los”; “cobro os mesmos limites que se cobram de qualquer outro aluno”. Tais trechos exteriorizam a sugestionabilidade diferenciadora e implícita nas falas.

A construção de gênero é percebida através das falas, dos discursos, das ideias, das brincadeiras dentro do ambiente escolar, criando um mundo onde os indivíduos são separados para fazer parte de um lugar seu de pertencimento. Quando essas barreiras são quebradas, as sanções morais são logo postas em ação para voltar ao “normal” a naturalização/normatização. E, dessa forma, a escola produz e reproduz as normas heteronormativas, conduzindo os alunos e alunas através das brincadeiras, dos esportes, das falas, das discussões, dos modos e das exteriorizações sexistas, com o objetivo de padronizar e disciplinar o comportamento dos indivíduos.

Assim sendo, quando se classificam as pessoas em masculino e feminino, criam-se fronteiras e limites territoriais, reforçando assim a ideia do binarismo, uma divisão da sociedade em dois sexos opostos, enaltecendo por esse viés a existência de relações de poder.

A escola, pois, influencia na construção de gênero e na naturalização/normatização das diferenças do masculino e feminino, tornando-os capazes de reproduzir as relações sociais. Tanto é que

[...] a escola, que se apresenta como uma instituição incapaz de lidar com a diferença e pluralidade funciona como uma das principais instituições guardiãs das normas de gênero e produtora da heterossexualidade. (BENTO, 2008, p. 129).

Tais ideias são produzidas e reproduzidas em todas as instituições sociais, com o seguinte agravamento: é na escola que esse padrão permanece por meio das falas e atitudes dos

professores e professoras, incluindo e privilegiando alguns e denegrindo e estigmatizando outros no momento em que essas “regras” religiosas são desrespeitadas e transgredidas.

Nesse caminho, os sanções morais são logo percebidas por todos do grupo:

As escolas são instituições reprodutoras da heteronormatividade [...] e os/as professores/as, como os outros membros da sociedade, convivem com e reproduzem alguns preconceitos normativos moralistas em seus movimentos cotidianos, inclusive no ambiente profissional (AVILA; TONELI; ANDALÓ, 2011).

Diferente do que foi falado nas entrevistas, quando se partiu para as observações, constatamos que por parte dos/as professores/as existe uma naturalização dos papéis do homem e da mulher na sociedade contemporânea. O que podemos notar nessas falas dos/as professores/as foi uma assimetria nas quais se transmite regras, valores e modelos, legitimadas pelas instituições sociais, construindo e mantendo papéis sociais. Esses padrões normativos então enraizados, cristalizados em nossa sociedade.

O que pudemos observar em sala de aula é que, de uma forma geral, os meninos e as meninas ocupam espaços distintos, organizam-se aleatoriamente, mas com uma divisão bem delimitada. Em todas as salas observadas, as meninas sentam próximo ao professor(a) e os meninos ficam no fundo e nas laterais das salas de aula; as meninas conversam entre si e os meninos são mais inquietos, mais indisciplinados, brincam, conversam, falam mais alto; outros meninos, mais tranquilos e quietos, também se assentam próximos aos seus pares.

Pudemos observar, também, a existência de dois alunos – um do 6º e outro do 7º ano – que transitam “livremente” entre os grupos de meninas e meninos. São mais calmos e apresentam excelentes notas em todas as disciplinas. Porém, quando ocorre algum conflito entre os grupos esses meninos são taxados de “viadinho”, de “gay”, de “mulherzinha” e de “boiola”. Essas expressões na forma de jargões e/ou linguagens rudes revelam um pensamento preconceituoso e discriminatório, determinado pelos padrões da heteronormatividade. Nesse norte, a escola continua promovendo e permitindo atitudes de preconceito e discriminação decorrentes de posturas sexistas.

No 6º e 7º anos os meninos são mais agressivos tanto na forma de se comunicar como nas brincadeiras: empurram, batem, gritam, usam palavras para agredir, tais como, “misera”, “rapariga”, “quenga” etc. Desse grupo de 48 alunos, só 8 meninas são agressivas, indisciplinadas, xingam da mesma forma que os meninos; as demais são disciplinadas, organizadas, apresentando comportamento mais amistoso.

Já as turmas do 8º e 9 anos são compostas de alunos/as mais disciplinados/as, formando um grupo mais harmônico. São também mais atenciosos/as. Os conflitos existem, mas em outro nível. Contudo, a divisão em sala de aula se repete: as meninas sentam-se na frente e os meninos nos fundos e nas laterais. Eles falam de futebol constantemente e no intervalo vão para o campo jogar bola. Elas, por sua vez, falam das festas, da roupa que irão usar durante a época junina, de namorados e casamento.

De uma forma geral, em todas as turmas os professores/as chamam muito mais a atenção dos meninos com relação à indisciplina. Observou-se, ainda, que eles são os mais atendidos quando questionam alguma coisa com relação ao assunto ora ministrado. E uma grande maioria das alunas prestam mais atenção ao professor, enquanto os meninos se dispersam e saem constantemente com a desculpa de ir ao banheiro ou beber água.

De acordo com os dados levantados, foi possível observar que no ambiente escolar – e principalmente nas salas de aula – existe uma semelhança comum, qual seja, os alunos e as alunas são separados/as pelos/as professores/as como objetivo de manter, segundo esse modelo, a manutenção organizacional de antigos valores. Os/as professores/as, portanto, promovem no ambiente escolar a manutenção das relações de gênero socialmente construídas.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A escola que queremos precisa ser construída com novas formas de se pensar, com ideias renovadas, incentivando e promovendo a reflexão crítica nos alunos e nas alunas que dela participam. Com isso, ela favorecerá os/às alunos/as a pensarem e a tomarem suas próprias decisões, abordando e discutindo os diversos pontos de vistas, preconceitos, tabus, valores e crenças existentes em nossa sociedade atual.

Trata-se, na verdade, de objetivos de uma educação comprometida com a formação integral dos/as alunos/as. No entanto, para se alcançar esses objetivos é necessário redefinir as relações professor/a e alunos/as, bem como o debate sobre o papel da escola na promoção da equidade entre os gêneros.

A linguagem do/a aluno/a, assim como a das pessoas em geral, está impregnada de significados, de saberes, de emoção, de afetos e, por que não dizer, também de preconceitos. Alguns desses preconceitos são explícitos; outros, implícitos. E todos precisam de ser desvelados por meio de acurada reflexão. E, desse modo, a convivência no espaço escolar contribui significativamente na construção social, muitas vezes de maneira inconsciente, das identidades de gênero.

Ouvir o aluno/a permite conhecer as representações sociais construídas sobre o mundo. Contudo, precisamos ensiná-lo/la a questionar e buscar soluções, ajudando-o/a a elevar-se a outros patamares de abstração a fim de superar o senso comum.

É preciso que a questão passe a ser entendida e tratada a partir da cultura e efetivação dos direitos humanos, procurando, assim, esclarecer alunos e alunas, professores e professoras acerca da superação do preconceito, possibilitando o reconhecimento da sexualidade como algo inerente à vida do ser humano, sem levar em conta qualquer outro parâmetro discriminador.

REFERÊNCIAS

ANDRÉ, M. E. D. A. (1983). Texto, contexto e significado: algumas questões na análise de dados qualitativos. **Cadernos de Pesquisa**, (45): 66-71.

AVILA, André Heloy. Professores(as), suas significações e posturas no contexto da educação sexual: das (im)possibilidades do trabalho com a diversidade sexual. 2010. 159 f. Tese (Doutorado em Psicologia) Curso de Pós-Graduação em Psicologia, UFSC, Florianópolis, 2010.

AVILA, André Heloy; TONELI, Maria Juracy Filgueiras; ANDALÓ, Carmen Silvia de Arruda. Professores/as diante da sexualidade-gênero no cotidiano escolar. **Psicologia em Estudo**, Maringá, n. 2, abr.-jun. 2011. Disponível em: [8http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S141373722011000200012&script=sci_arttext#n01](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S141373722011000200012&script=sci_arttext#n01)>.

Acesso em julho de 2018.

BENTO, Berenice Alves de Melo. **O que é transexualidade**. São Paulo; Brasiliense, 2008.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: Saberes necessários à prática educativa**. 42. ed. São Paulo: Paz e Terra. 2010.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. Homofobia nas escolas: um problema de todos. In:

_____ (Org.). **Diversidade Sexual na Educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas**. Disponível em: <http://pt.scribd.com/doc/29147542/Homofobia-Nas-Escolas> . Acesso em março de 2018.

LOURO, G. L. Pedagogia da sexualidade. In: LOURO, G. L. (Org.). **O corpo educado**. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

LOURO. Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e Educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. 6ª.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

PCNs: Orientação Sexual. Secretaria da Educação Fundamental, Brasília, MEC/SEF, 1997, Volume 10.2. portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro01.pdf. Acesso em Julho de 2018.

PCNs: Pluralidade Cultural e Orientação Sexual. Secretaria da Educação Fundamental, Brasília, MEC/SEF, 2001, Volume 10. Disponível em: portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro01.pdf. Acesso em Julho de 2018.

ZABALA, Antoni. **A Prática Educativa: como ensinar**. Porto Alegre: ARTMED, 1998.